



**PARECER PRÉVIO Nº 16/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11544/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Borba
- 4- **Exercício:** 2015
- 5- **Responsável:** José Maria da Silva Maia (Prefeito Municipal)
- 6- **Advogado:** Ênia Jéssica da Silva Garcia - OAB/AM Nº 10416, Antonio das Chagas Ferreira Batista - OAB/AM Nº 4177, Patrícia Gomes de Abreu - OAB/AM Nº 4.447, Fabricia Teliele Cardoso dos Santos - OAB/AM Nº 8446, Adrimar Freitas de Siqueira - OAB/AM n.º 8243 e Eurismar Matos da Silva - OAB/AM Nº 9.221
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1716/2019-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Convocado Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Borba. Exercício de 2015.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Convocado e Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das contas do Sr. José Maria da Silva Maia na Prefeitura Municipal de Borba, no exercício de 2015, nos termos do art. 1º, inciso I, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas/AM.

- 11- **Ata:** 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 10 de Junho de 2020
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

**PARECER PRÉVIO Nº 16/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza,  
Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Conselheiro-Convocado e Relator

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral



**ACÓRDÃO Nº 16/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 16/2020 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11544/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Borba
- 4- **Exercício:** 2015
- 5- **Responsável:** José Maria da Silva Maia (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado** Ênia Jéssica da Silva Garcia - OAB/AM Nº 10416, Antonio das Chagas Ferreira Batista - OAB/AM Nº 4177, Patrícia Gomes de Abreu - OAB/AM Nº 4.447, Fabricia Teliele Cardoso dos Santos - OAB/AM Nº 8446, Adrimar Freitas de Siqueira - OAB/AM n.º 8243 e Eurismar Matos da Silva - OAB/AM Nº 9.221
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1716/2019-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Convocado Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Borba. Exercício de 2015.

Irregularidade. Multa. Alcance. Recomendação. Comunicação. Ciência.

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Convocado e Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do Sr. José Maria da Silva Maia, Prefeito Municipal de Borba, no curso do exercício de 2015, nos termos dos art. 22, III, da Lei n. 2.423/96 e art. 188, § 1º, III, “a”, da Resolução 04/02-TCE/AM;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao Sr. José Maria da Silva Maia no valor de **R\$ 25.000,00**, nos termos do art. 308, VI, do Regimento Interno desta Corte c/c o art. 54, II, da Lei Estadual nº 2423/1996, em virtude das impropriedades consideradas não sanadas, pelas razões já abordadas no bojo do Voto. Este valor deverá ser recolhido no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.  
Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de



**ACÓRDÃO Nº 16/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 16/2020 – TCE – Tribunal Pleno)**

Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

**10.3. Considerar em Alcance** o Sr. José Maria da Silva Maia no valor de **R\$ 21.892,64**, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Borba, assim discriminado:

- a)** R\$ 9.756,69 (nove mil, setecentos e cinquenta e seis reais e sessenta e nove centavos), referente à glosa sugerida na restrição de nº 05 das impropriedades detectadas pelo Ministério Público e pela DICAMI no Voto;
- b)** R\$ 12.135,95 (doze mil, cento e trinta e cinco reais e noventa e cinco centavos), referente à glosa sugerida na restrição de nº 06 das impropriedades detectadas pelo Ministério Público e pela DICAMI no Voto.

**10.4. Recomendar** à Prefeitura Municipal de Borba, sem prejuízo das disposições consignadas pelo d. *Parquet* de Contas e pela Unidade Técnica em suas manifestações, que:

- 10.4.1.** Na ocasião das próximas inspeções, apresente a totalidade dos documentos requisitados, a fim de que as impropriedades identificadas pela DICOP não voltem a ocorrer;
- 10.4.2.** Adote as providências necessárias à regularização da figura do Procurador Jurídico do município;
- 10.4.3.** Observe com maior cautela os prazos estipulados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, mormente naquilo que concerne ao RREO e ao RGF;
- 10.4.4.** Observe com cautela os limites prudenciais de despesas com pessoal previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal;
- 10.4.5.** Observe com rigor o disposto no art. 156, parágrafo 2º, da Constituição Estadual;
- 10.4.6.** Observe com maior rigor as disposições da Lei de Licitações e Contratos, especialmente no que concerne à figura do fiscal do contrato (art. 67).

**10.5. Comunicar** o Ministério Público do Estado do Amazonas, nos termos do art. 1º, XXIV, da Lei nº 2423/1996 c/c o art. 190, III, "b", da Resolução nº 04/2002 (RI-TCE/AM), visando a apuração de responsabilidade e improbidade administrativa em atos praticados pelo Responsável;

